



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Defesa do Consumidor  
para os devidos fins.

Em 17/5/16

Ausguez  
Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

ALVISIO MARTINS

para relatar.

Em

18/05/16

[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Defesa do  
Consumidor e Meio Ambiente



**ESTADO DO PIAUÍ**  
*Assembleia Legislativa*

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

PARECER nº \_\_\_\_\_

PROJETO LEI: Nº. 27/2016.

RELATOR: DEP. ALUÍSIO MARTINS

AUTOR: RUBEM MARTINS

PROCESSO: 9407/2016

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei 27/2016 encontra-se de acordo com os arts. 47, 59, 97, 137 e 139 do Regimento Interno desta Casa. Também em cumprimento às previsões definidas nos artigos 34, VI, "a", "b" e "c" do mesmo documento.

Em relação à temática do Direito do Consumidor, fazemos a seguinte análise:

Nos últimos anos ocorreu um grande crescimento na disponibilização de aparelhos e linhas de telefonia móvel, nem sempre acompanhada da necessária infraestrutura para o bom funcionamento dos serviços e medidas de proteção aos usuários.

Nesse sentido, tal qual o crescimento da oferta, as ferramentas de proteção e transparência aos consumidores deve seguir a mesma lógica com o objetivo de regular e evitar abusos na relação consumerista estabelecida.

Com base nisso, visando o controle de suas ligações e as tarifas cobradas, o autor propõe que – a exemplo dos usuários de telefones fixos e celulares pós-pagos – as operadoras fiquem obrigadas a disponibilizar aos clientes o extrato detalhado de conta das chamadas telefônicas e serviços



## **ESTADO DO PIAUÍ** *Assembleia Legislativa*

utilizados na modalidade de crédito por pagamento antecipado, por estar expressamente previsto em lei, regulamentos específicos e normas aplicáveis ao serviço, in verbis:

### **No Código de Defesa do Consumidor - LEI 8.078/90**

Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:

(...)

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como os riscos que apresentem;

Art. 31 – A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

### **Lei de telecomunicações - lei 9.472/97:**

Art. 3º O usuário de serviços de telecomunicações tem direito:

IV - à informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços, suas tarifas e preços;

Outro dispositivo que assegura meu direito se encontra na Resolução nº 85, de 1998 da Anatel em seu artigo 543. Tal artigo prescreve que a CONTRATADA deverá discriminar na conta telefônica o registro de todos os serviços prestados no período de 30 (trinta) dias.

Verifica-se que é dever do prestador de serviços ou fornecedor de produtos esclarecerem ao consumidor, de forma clara e satisfatória, tudo sobre o serviço ou produto que propôs prestar ou fornecer.

Isso porque na relação de consumo não existe supremacia de uma parte sobre a outra, independentemente da natureza jurídica ou classe social, seja pessoa física ou jurídica, concessionária de serviço público ou não.





## ESTADO DO PIAUÍ Assembleia Legislativa

Dessa forma, as leis devem avançar no tempo para satisfazer interesses do consumidor, e consequentemente, a toda a sociedade. Nesse caso especificamente devendo ser aplicada e estendida também nos serviços que oferecem a modalidade de planos pré-pagos.

Portanto, a proposição revela-se totalmente possível juridicamente e deve ser aprovada para que as concessionárias possam cumpri-las.

### II – VOTO DO RELATOR

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legiferante do nobre colega Parlamentar e da boa técnica legislativa apresentada na proposição, manifesto-me favoravelmente à sua aprovação.

### III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento( X )

Pela rejeição( )

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 31 de maio de 2016.

DEP. ALUÍSIO MARTINS – PT  
RELATOR

APROVADO À UNANIMIDADE
em, 31/05/16
Presidente da Comissão de
Defensor do
Consumidor